

## **Travesti, pai, avó, pesquisadora, professora, acadêmica e ativista!** Entrevista com Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior

Entrevista concedida a Paulo Melgaço, Maria Regina Bortolini,  
Theo Brandon Pitanga Gonçalves e Marcelo Del Aguila

**Paulo Melgaço** - Sara, inicialmente, em nome da Revista Brasileira de Estudos de Homocultura, eu gostaria de agradecer por você acolher a proposta dessa entrevista para o dossiê temático sobre Parentalidades LGBTs. Poderíamos começar com você falando um pouco sobre a sua trajetória de vida. Você se apresenta como mulher, pai e avó ... diz você mesma.

**Sara Wagner York** - Olá, meu nome é Sara Wagner York ou Sara Wagner Pimenta Gonçalves Junior. E como vamos falar sobre parentalidades trans ou parentalidades LGBTI, será que damos conta de tantas letras? Tantos símbolos, tantos sintagmas, tantos sentidos, né? Talvez essa seja a principal pergunta, então eu já respondo ou início essa entrevista dizendo que é uma entrevista com uma travesti pesquisadora que é professora, pai, avó e especialista em gênero, sexualidade, transgeneridades.

Ah para além disso no mundo comum, no mundo corriqueiro eu sou graduada em letras por duas vezes: Pedagogia e Jornalismo. Sou especialista em gênero, sexualidade, orientação escolar, supervisão escolar e inspeção escolar. Mestre em educação e doutora em caminho de uma finalização de um doutorado em educação. Para que seja sabido que dos universos que a gente vai discutir aqui hoje boa parte deles que se estruturam sobre a cis-generidade, pessoas como eu, atravessadas por discursos e por estruturas não convencionais, estabelecem uma outra forma de utilidade para as suas interpelações.

O que eu estou tentando dizer é que existem gramáticas diferentes que passamos a utilizar e aqui eu faço menção a um texto de produção de quatro mãos chamado “Gramáticas do capacitismo”, onde em um resumo muito mal feito eu poderia dizer que a gente sabe muito sobre a gramática de uma determinada coisa e sabe muito pouco sobre as outras tantas infinitas gramáticas que não dominamos.

Então nosso maior desafio para o tempo presente é justamente ser essas outras gramáticas, adentrar a esses universos e tentar interagir nesse mundo, entre duas fraldas que ocupamos; uma quando nascemos e provavelmente uma outra ao envelhecermos se tivermos alguma sorte. Desfrutar das gramáticas múltiplas de outros viventes desse mesmo tempo que ocupamos e assim nos utilizarmos talvez a plasticidade máxima daquilo que nos coloca no grau de humanos.

A primeira pergunta tem a ver como eu me apresento como sendo mulher pai e avó o que eu poderia dizer sobre as parentalidades LGBT e como é que eu construí essas relações, né? O meu próprio nome, ele é construído de formas muito particulares. Primeiro porque eu utilizo dois nomes; eu utilizo um nome que no Brasil seria um nome social, na Inglaterra onde morei por algum tempo é o meu nome civil que coloca como centro Wagner que é o nome, o primeiro nome do meu pai. Então Sara Wagner York tem a ver com a minha escolha, com um pai amoroso que eu conheci e com esse último nome da família de um companheiro inglês que tive.

E o segundo nome que é o meu nome civil, aquele que consta na minha identidade: Sara, Wagner Pimenta Gonçalves Junior que traz aí, no meu nome escolhido, mais o nome que meu pai junto a minha mãe escolheram pra mim e o Junior que tem esse significante de ser o próximo da linhagem não é? Então o Júnior geralmente é aquele filho que foi desejado por um pai, né? E por uma mãe assim como o neto, não é? Eles são continuidades de uma linha hierárquica sempre patriarcal porque o último nome sempre é do pai e algumas correntes têm trabalhado em diferentes lógicas.

O modelo patriarcal, ele emergiu em diferentes momentos e contextos históricos, e a gente pode ver isso nos trabalhos efetuados pelas feministas *Gayle Rubin*, *Teresa De Lauretis*, né? Sobretudo no texto de Rubin, “Tráfico de mulheres”<sup>1</sup>. Mas, em geral, ele pode ser entendido como um sistema de organização social no qual os homens tem poder e autoridade sobre mulheres e outros grupos socialmente marginalizados. Pessoas LGBT, por exemplo, estão nesse grupo de pessoas, social e historicamente postos à margem, como pessoas com deficiência, não é assim? Eu sou uma pessoa com deficiência. Então mais um grau pra gente complexificar essa nossa conversa.

Outras teorias apontam para influência de ideologias religiosas ou filosóficas que também colocam os homens em posição de poder e autoridade sobre mulheres. Por exemplo, na Grécia antiga, né? A filosofia de Platão e Aristóteles defendia que mulheres eram inferiores aos homens em razão de sua natureza física e emocional. O que justificava a sua subordinação.

O fato é que independentemente das origens específicas é importante notar que o modelo patriarcal é resultado de uma combinação de fatores culturais, políticos, econômicos, ideológicos que se consolidaram ao longo do tempo e isso é uma realidade que todos, todas e todes hoje sentimos.

Além disso, é importante reconhecer que o patriarcado não é uma característica universal de todas as sociedades humanas e que há exemplos de sociedades em que mulheres tem mais igualdade de direitos e poder.

Então, sobre a possibilidade de ser uma mulher, que é pai e que ao mesmo tempo é avó, parece que esse pai ele deixa de ser uma simples menção pra ganhar uma possibilidade quimérica de inserção de significantes que não eram permitidos se não estivessem alinhados a uma estrutura linear de sexo, gênero, expressão, identidade, desejo e orientação sexual. Essas cinco estruturas, uma vez arranjadas, quando são

---

<sup>1</sup> RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. London: Duke University Press, 2011.

complexificadas ou quando são desarrumadas, desorganizadas, desnormalizadas, elas vão ganhar outras possibilidades, outras potências.

**Marcelo Del Aguila** - Aproveitando essa sua colocação, o que você pode nos dizer sobre parentalidades LGBTI+?

**Sara Wagner York** - Dos modelos de relação parental eu posso dizer que as relações parentais são constituídas através de uma série de interações comunicacionais, de cuidado, de coabitação, ao longo do tempo. Como diriam Judith Butter e Hanna Arendt, essas relações elas podem ser entre pais e mães, cis ou trans, e filhos, filhas e filhas, biológicos, adotivos, de criação ou de qualquer outra forma relacional, compreendida por essa parentalidade.

Atualmente, há casos inclusive de tentativa de produção de parentalidade sob o espectro da violência. É preciso lembrar que em 2022, a então a ministra “da família”, Damares Alves, repercutiu em suas redes o caso de uma menina de doze anos que iria passar por um processo de aborto por ter sido estuprada, na tentativa de formar o vínculo parental, né? Trazer uma ligação de parentalidade a partir da violência. Alguns corpos serão muito facilmente descartáveis nesses processos. Quando é uma família com uma outra estrutura, fora do padrão hegemônico, essas famílias facilmente desaparecem. Elas não são repercutidas, representadas, nas mídias, na TV, nos jornais, enfim, nos diversos meios, exatamente porque elas estariam favorecendo a possibilidade de outras formações, outros arranjos familiares, né? Mas são famílias tão respeitadas e que merecem tanto crédito quanto qualquer outra família desse registro.

O que eu digo nesse sentido, e que aparece em um texto meu para a revista Somalu que chama “A Travesti, o Vaticano e a sala de aula”, é que eu preciso de modo reiterado dizer às pessoas ao perguntarem se o meu filho é meu mesmo, eu preciso dizer “Sim, é meu mesmo”. “Mas foi você quem fez ou é adotivo?” E a pergunta é: filhos adotivos nessa sociedade continuam tendo menor valor? Essa seria uma questão central para revermos, né? Inclusive com a sociedade toda. Porque quando eu digo que sim o

meu filho é um filho biológico (e esse biológico bem entre aspas porque ele não cresce nem diminui em nada a parentalidade) ele cai num tipo de laço que muitas vezes faz outras relações familiares serem relegadas [parentalidade por adoção, por exemplo], no meu caso ela [a parentalidade] é relegada não pela propriedade biológica da relação, mas pela propriedade social da disposição desse pai que não ocupa os marcadores sociais dos papéis de gênero. Como eu já mencionei na entrevista a Daniel Cara<sup>2</sup>, que também foi publicada pela revista pela Universidade de Santa Maria, essa relação é uma relação frágil não porque o pai não é pai, mas porque o pai não tem todos os marcadores sociais relevantes para a produção de uma masculinidade ativa e real.

Eu cresci em uma família em que esses aspectos eram muito perceptíveis e eram balizadores por conveniência de certas relações. Em um dos meus primeiros textos chamado “O Mar dos Abandonos”, eu menciono a mulher preta não retinta chamada Tereza Minelvina, uma moça que foi pega na fazenda e no momento em que ela foi ela foi pega a minha mãe promete a mãe dela que ela teria o mesmo ou os mesmos privilégios que eu, que era filho legítimo. O detalhe é que eu não era filho legítimo. A minha mãe omite que ela havia me furtado, me roubado em um hospital, com o apoio de médicos, por ser uma mulher muito rica naquele momento. Então eu pensei: essa moça provavelmente vai passar por coisas horríveis assim como as que eu passo. E, de fato, ela foi pra casa e na minha casa eram dois adultos, meu pai e minha mãe, e eu de “filho único”. Nessa novela bem desenhada, essa moça foi uma empregada que nunca recebeu nenhum salário ao longo de sua longa vida servindo a aquela mulher e sua família.

Eu sou uma mulher que tive filho a partir de uma estrutura de produção de masculinidade dentro da das terapias evangélicas, de cura gay. Eu tive meu filho nesse

---

<sup>2</sup> CARA, D. T., & GONÇALVES JUNIOR, S. W. P. (2020). Entrevista com Sara York: A Travesti da/na educação. Entrevista sobre atuação e vida da professora Sara Wagner York. *Educação*, 45(1), e110/ 1–35. <https://doi.org/10.5902/1984644458266>

contexto. Eu fui pra igreja e ao conhecer a mãe do meu filho, eu com dezesseis anos e ela com vinte e quatro, aos dezesseis que eu me torno pai de uma criança.

**Maria Regina Bortolini** - E como você construiu estas relações?

**Sara Wagner York** - Dentre as muitas maneiras de construir as relações parentais nós temos aí os dois campos. Esse que é o mais abusivo e temos as relações parentais saudáveis. A gente foi percebendo cinco marcadores para construir relações parentais saudáveis: a comunicação, o cuidado, a consistência, o tempo disponível e o respeito mútuo. Além de talvez uma aceitação, né?

Então primeiro a comunicação né? É fundamental que haja uma comunicação aberta e honesta entre mães e filhos, pais e filhas, pais e filhos entre essas pessoas que assumem o papel de cuidadores e esses que serão as pessoas que estarão ali sob cuidado. Os pais, e aí eu vou chamar aqui desse modo ainda tão precário de mencionar, eles devem estar dispostos a ouvir e entender as expectativas daqueles que cuidam, bem como expressar os seus próprios sentimentos e expectativas de forma clara e respeitosa. Lembrando que em cada momento dos ciclos de vida, idade, contaremos com uma possibilidade de amadurecimento maior. Dessa forma precisaremos não criar expectativas absurdas sobre aqueles que ainda não tem uma possibilidade emancipatória para essa discussão.

O segundo ponto que é o cuidado é a parte essencial nas relações parentais. E isso inclui cuidado físico, cuidado alimentar, essa adequação da comunicação, a segurança bem como cuidados emocionais, de oferecer o apoio emocional e possibilidades de autoridade, de encorajamento. Coisas que muitas vezes não foram replicadas pelos nossos cis-heteropais. Pessoas trans elas tendem em uma grande parte a terem maior comprometimento empático nas relações. E isso tem sido observado cada vez mais em vários casos. Com crianças já tínhamos vários estudos que apontavam como as crianças elas são muito mais sócores, elas são muito mais empáticas com as outras do que os próprios adultos. E isso talvez esteja sendo observado nesse momento

também quando as discussões sobre transparentalidades emergem nas conversas. Afinal de contas nós não contamos com esse sujeito universal provedor, muito menos com uma sujeita universal que é cuidadora. Duas, três ou seja lá quantas forem as pessoas envolvidas na criação desse novo membro, elas tem trabalhado de modo a produzir múltiplas responsabilidades e relações. Coisa que já era percebida em outras relações, por exemplo, com mulheres pretas e suas redes de apoio, onde a tia, a vó, a vizinha cuidavam ali dos filhos umas das outras em determinados momentos. E não por chamar uma de tia e outra de mãe o valor, a valoração, o cuidado ou o respeito e o amor por essa pessoa estaria vinculado a uma nomenclatura. Então, não é porque eu chamava a tia Fulana, de tia, e a minha mãe de mãe, que esse amor seria maior por minha mãe que é minha mãe de verdade, né? Tanto que essas relações elas são bem visíveis com os filhos que cresceram com suas babás né? Na hora que eles precisam realmente do cuidado, eles muitas vezes correm para o colo daquela que lhes demonstraram maior segurança.

O que vai pro meu próximo ponto que é a consistência. Ser consistente nas ações e comportamentos que você tem em casa e acaba reproduzindo socialmente, no campo público é fundamental pra construir uma relação de confiança com aqueles que lhe cercam. Ser uma pessoa que fala uma coisa no âmbito privado e eclode de uma outra forma no público te coloca em condições que talvez não sejam tão dignas né? Para uma sustentação de cuidado emocional, do oferecimento de um apoio emocional, no encorajamento, de estabelecer a consistência das regras.

Respeito mútuo é um item fundamental pra construção de relações saudáveis. E isso inclui respeitar opiniões, e os sentimentos de filhas, filhos e filhas. Bem como estabelecer esses limites e expectativas respeitadas para o comportamento.

E esse comportamento que deve ser muito mais, né? Por isso que falamos em comportamento exemplar. Porque ele ensina pelo exemplo. Então filhos que tem pais que leem muito, provavelmente terão o hábito da leitura. E aqueles cujos pais passam a maior parte do tempo assistindo televisão, muito provavelmente vão partilhar os

mesmos hábitos e por aí vai. Aceitação que é também uma condição importante pra construção dessa relação de confiança e do amor. Isso não significa que os pais ou que os esses responsáveis não possam orientar na educação, mas tem a ver com o modo de fazer. Uma orientação onde existem diferentes espaços de construção desses sujeitos para estarem no mundo.

Então, o grupo familiar é um grupo diverso, é um grupo diferente, por exemplo, do grupo da igreja, do grupo de amigos, do grupo dos vizinhos, né? São grupos diferentes e propostas diferentes. E saber como se estruturar nesses lugares de novas validações de sujeitos talvez seja um desses movimentos que para os filhos não traga tanta novidade, mas pra aqueles que assistem seja novidade. O meu filho, nós não temos questões com relação a sexualidade. Seja eu para com ele ou ele para comigo. Entretanto, as pessoas que se aproximam que de nós e percebem que se trata de pai e filho sempre nos trazem perguntas que são muito inconvenientes. “Como é seu pai de verdade? Mas vocês são pai e filho mesmo? E como que é a relação de vocês? Seu filho te aceita?” Perguntas que seriam direcionadas para um pai convencional dentro da cisheteronorma ah pra mim passa a não fazer o menor sentido. Por exemplo ninguém nunca me perguntou se eu aceito o meu pai como ele é mas meu filho é geralmente perguntado, é questionado sobre isso.

Então ao assumirmos que essas nossas famílias diversas, são únicas e que a construção de relações parentais saudáveis em todos os aspectos vão requerer esforço e dedicação contínuo, não é tirar uma hora da sua semana para você executar um trabalho, é uma construção, é um ato contínuo. Tanto nós que somos responsáveis, quanto aqueles que são cuidados. Eles se tornarão pessoas mais abertas às interações sociais menos hostis, com paciência, com amor, com comprometimento. E possível é, que construamos relações parentais fortes e sobretudo propositivas, né?

O que a gente vai percebendo é que diferente de outras relações que são as cisgêneras, quer dizer, elas são correspondentes sexo e gênero seriam sinônimo. Essas

relações tendem a reproduzir a mesma proporção de linearidade desse desses marcadores. Então para pais onde o sexo é igual ao gênero, seria do campo do “natural” filhos homens ou filhos machos serem homens e filhas fêmeas serem mulheres.

O nosso grande viés aqui nesse momento é que existem filhos machos que não corresponderão nem ao pronome masculino, nem as estruturas masculinistas, nem a expressão social desse masculino, nem a condição de desejo que abarca os pressupostos que vem desse combo de expectativas produzidas pela cisheteronormatividade.

Ah! E um ponto nevrálgico aqui, é estarmos falando sobretudo de sujeitos para além de machos e fêmeas, que não se compreendem dentro dessa porção ou dessa possibilidade de registro biológico, cariótico genotípico, fenotípico de machos e fêmeas, né? Estariam dentro de um desses mais de quarenta e oito registros que se tem de possibilidade. Hoje, essas pessoas, apesar de não serem repercutidas na grande mídia como deveriam, são chamadas de intersexo. Não intersexos porque se trata de alguma coisa entre sexos, mas porque se trata de uma condição inata de composição anátomocorpórea, fisiológica, cromossômica, gonadal, que estrutura esse corpo para uma possibilidade próxima do que tínhamos como masculino ou como feminino mas sempre com faltas. Portanto, muitos estudos eles colocam o corpo intersexo dentro da dinâmica de corpos doentes, de corpos patologizados, de corpos biopatologizantes né? Numa perspectiva de deformidade, de deficiência, quando na verdade estamos falando de condições diferentes, que por mais que ocupem outras estruturas dentro de uma abordagem biomédica, e sobretudo biomédico patologizante, vão ocupar estruturas dentro do corpo social que jamais foram pensadas.

Michel Foucault faz essa conversa com o diário de Hercolin Barban. Sobre isso, eu trago o texto “O intersexo entre a educação e o direito de ser”, que é um artigo meu de Thais Emília e do professor Raul Aragão.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> SANTOS, Thais Emilia de Campos; JUNIOR, Sara Wagner Pimenta Gonçalves; MARTINS, Raul Aragão. Intersexo: entre a educação e o direito de ser. Anais **IV DESFAZENDO GÊNERO**. Campina

**Paulo Melgaço** – Sara, como você percebe o movimento de luta da população trans pelos seus direitos? Quais avanços e retrocessos você destaca?

**Sara Wagner York** – Hum, eu acho que é preciso dentro dessa pergunta estabelecer alguns critérios pra que possamos inclusive dizer de quem ou com quem estamos falando não é? Temos uma pesquisa que aponta que dezenove milhões de brasileiros seriam LGBTIs. Eh LGBTs somente. Isso estaria ali no registro de de uma possibilidade grande de cerca de doze por cento da população brasileira. Eu sempre acredito que estamos muito mais. Eu sempre acredito em mais de cinquenta por cento e talvez seja exatamente por experienciar a materialidade desse corpo deslocado da linearidade imposta pela cisheteronormatividade presumida que é a condição de presumir não é?

Então eu vejo alguma coisa e eu acho que aquilo é o que eu vi. O que as pessoas são a partir daquilo que eu vejo. Então eu vejo um homem e como ele parece muito homem, não passa pela minha cabeça que ele seja, por exemplo, um homem intersexo ou um homem trans. É um homem e ponto. Mas se esse homem tem, por exemplo, o seio à mostra ou se é um homem que está gestante aí esse diálogo se modifica.

Então, como que a gente pode perceber o movimento de luta da população trans pelos seus direitos?

Primeiro entendendo que orientação sexual e identidade de gênero ocupam dois lugares muito diferentes e ao mesmo tempo que se complementam, e nessa de se complementarem nem sempre os nomes vão vir acoplados aos sujeitos.

Eu conheço muitas Marias que apesar de serem Marias não se comportam socialmente como Marias. Elas vão estar se comportando, se expressando, agindo dentro de um registro masculino. Entretanto, mesmo agindo dentro de um registro de

---

Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em:  
<<https://mail.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/64145>>. Acesso em: 04/06/2023 13:07

Vol. 06, N. 20, Mai. - Ago., 2023 - <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/index>

masculinidade essas Marias não querem ser chamadas de outro nome senão Marias. Elas não querem estar ali dentro de um registro de lésbicas, sapatão, fancha. Mas elas também não querem ser homens trans ou trans masculinos elas querem ser as Marias, e a sexualidade delas pouco importa por mais que exista todo esse modo de leitura social sobre os outros corpos.

Então, a gente tem esse que seria um primeiro problema porque como o hegemônico se estruturou dentro de uma compreensão social de permanência, certeza e afirmação da cigeneridade quando o corpo foge desse circuito cisheteronormativo ele gera um problema grande pra esse hegemônico. Talvez aí esteja a grande resistência de algumas pessoas, que por mais que se aceitem elas não querem carregar rótulos consigo, não é? Sobretudo na educação, professoras por exemplo que passaram a sua vida usando o cabelo de “Joãozinho” e exercem uma masculinidade no critério de voz, no critério de posicionamento \_ esses circuitos sutis das diferenças dos papéis de gênero e, no entanto, elas não querem e não serão chamadas de coisas ou de nomenclaturas que outras pessoas as define.

O que aconteceu, por exemplo, com as pessoas LGBT ao longo da história, né? Fomos sendo nomeados, nomeadas e nomeades pela cigeneridade e heteronormativa, burguesa, branca, elitista e produtora de verdade porque eram essas as que produziam realidades dentro dos seus consultórios médicos, dentro dos seus escritórios de advocacia, dentro das universidades.

Então, nos últimos anos houve alguns avanços significativos na luta pelos direitos da população trans do Brasil, mas também existem muitos desafios a serem superados. Pra além disso é preciso que lembremos que nem sempre nossas conquistas são reais ao longo do tempo. Eu escrevi sobre isso no texto “A travesti, o Vaticano e a sala de aula”<sup>4</sup>, da Somanlu, de uma revista da Amazônia.

---

<sup>4</sup> JUNIOR, Sara Wagner Pimenta Gonçalves. A travesti, o Vaticano e a sala de aula. **SOMANLU**:Revista de Estudos Amazônicos. Manaus, ano 19, nº 1, agos./dez. 2019.

E porque que eu estou falando que nem sempre elas são reais ao longo do tempo porque, perceba, o homossexualismo só vai ser retirado da categoria do DSM, dos registros documentais de doença, sobretudo no campo da Psicologia, em 1991. Entretanto, a sua similaridade histórica, a sodomia<sup>5</sup>, que foi abolida e deixa de ser crime no Brasil ainda no século XIX, mas continua sendo um problema no século vinte e só é modificada em 1991.

O que é um grande problema. Porque a gente percebe que mudou o nome apenas. Eu tenho um novo problema. Então, seria como tudo bem... você ser mulher trans, não tem problema, porque quando você modifica os seus documentos por exemplo você se torna uma mulher nos padrões jurídicos, não é? Entretanto travesti não! Porque travesti aí já seria uma coisa que estaria no campo da marginalidade, da violência, ele teria outros significantes capazes de acionar imagens, imagens de controle sobre outros corpos. Sobre esses corpos em outras situações. Tanto que nós pessoas mulheres trans e travestis passamos a utilizar a nomenclatura de travestis em muitos eventos e em muitas situações exatamente pra poder reforçar esse aspecto político da luta de travestis ao longo da história do Brasil, não é? E os nossos apagamentos.

Os avanços eu acho que a gente pode pensar o Supremo Tribunal Federal que decide sobre o todas as nossas conquistas né? Então, o direito à retificação de nome e gênero nos documentos oficiais sem a necessidade de uma cirurgia ou de um laudo médico é uma grande conquista em 2018 através da ADI 4275. O Ministério da Saúde que passa a incluir o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde garantindo a oferta de hormônio terapia e cirurgia de afirmação de gênero - antigamente chamado de readequação ou redesignação sexual, de modo gratuito. Então é também um ponto considerável o Conselho Federal de Psicologia que aprova uma nova resolução que

---

<sup>5</sup> Atos praticados por pessoas LGBT, hoje aquilo que são as nossas práticas amorosas, de socialização, de modos de estar no mundo. Essas práticas estariam relacionadas a crimes nefandos.

proíbe psicólogos de ofertarem tratamentos de reversão de orientação sexual ou de identidade de gênero.

Outro ponto dentro dos avanços é a possibilidade de doação de sangue. Doar sangue sobretudo entre nós era uma complexidade imensa. Meu pai ficou doente e por ser travesti eu não pude sequer pensar na possibilidade de doar sangue pro meu pai antes dele falecer. Em decorrência de uma internação que durou quase 45 dias, ele precisou muitas vezes de sangue e, enquanto filho, eu não podia colaborar, contribuir porque era proibido que pessoas trans, travestis e LGBTs de um modo mais amplo fossem doadoras de sangue.

Quando a gente fala de transparência eu preciso remeter também a essa filiação trans não é? Quer dizer, quanto a pais trans, nós temos várias questões. Mas o fato de sermos filhos, filhas e filhas trans nós temos também questões que talvez tenham sido normatizadas por algumas áreas, mas que não tornaram as nossas vidas mais fáceis apesar do nível de informação que hoje circula.

Um outro ponto de avanço foi a criminalização dos crimes de homotransfobia como crimes de racismo, né? Equiparados aos crimes de racismo.

Como colocamos no texto sobre nome social escrito por mim, pelo professor Leandro Collin e pelo professor e juiz Mário Caymmi.<sup>6</sup> Os desafios ainda seguem os mesmos né?

A violência contra a população trans talvez seja um dos principais desafios enfrentados com taxas de assassinatos apontadas pelos últimos 14 anos, em levantamentos feitos por organizações da sociedade civil, dentre elas a ANTRA - Associação Nacional de Transexuais e Travestis, que faz um mapeamento de modo muito interessante porque dialoga com outras vertentes interseccionais. Antes disso

---

<sup>6</sup> GOMES, Mário Soares Caymmi; YORK, Sara Wagner York; COLLING, Leandro. Sistema ou CIS-tema de justiça: Quando a ideia de unicidade dos corpos trans dita as regras para o acesso aos direitos fundamentais. *Rev. Direito e Práx.* Rio de Janeiro, vol. 13, n.02, 2022, p.1097-1135.

tínhamos dados enviesados que eram produzidos junto com homens gays. Por exemplo, travestis, mulheres trans e homens gays estariam dentro do mesmo compilado porque quem fazia essa leitura, esse levantamento, dizia que quando estavam os corpos jogados nas trincheiras \_ uma vez que existe o requinte de crueldade na violência quando eles são colocados nus jogados nus esquartejados, picotados, a genitália ficava a mostra tanto para o criminoso quanto nas fotos dos jornais \_ naquele instante diziam não adianta falar que é travesti ou mulher trans ou gay ou homossexual porque no final é o pênis que aparece e aí são todos homens. Evoluímos, evoluímos e hoje essa leitura não é feita mais desse modo como foi feita durante muitos anos pelo grupo gay da Bahia.

Um outro desafio talvez esteja relacionado a falta de acesso ao emprego e a educação, que seria um desafio enfrentado pela população de um modo geral, mas sobretudo por uma população que foi marginalizada e que está sob exclusão social permanente, de modo histórico.

Ainda nos desafios o preconceito, a discriminação que continua a ser uma realidade pra muitas pessoas trans no Brasil tanto em nível individual quanto em nível institucional né? A gente ainda segue com requintes de crueldade. Na escola quando o bullying \_ essa palavra bonita em inglês que a gente não sabe nem o que é muitas vezes \_ serve pra nublar crimes odiosos como o crime de racismo, como crime de LGBT fobia, como crimes de xenofobia. Tudo isso na escola por ser um espaço de socialização de crianças e adolescentes o nome [bulling] vem com menos potencial letalizante. Mas é ali que começa toda essa percepção persecutória sobre alguns sujeitos.

Ainda sobre garantia de direito, a população trans ainda insiste no reconhecimento legal da previdência por exemplo. Então é, talvez, um dos cruzamentos de diálogo que a gente precise ter, não é? Somos pais, somos mães, somos trans e ao mesmo tempo a nossa previdência ainda é um lugar nublado. A previdência social no Brasil foi pensada dentro de uma estatística estabelecida pelo IBGE e cujo a possibilidade ou média de vida brasileiro supera os 70 anos. Os documentos produzidos

pelos movimentos sociais e que tem tanta validade quanto documentos produzidos por outras instituições apontam que 35 anos seria uma expectativa de vida de população trans. Esse número não é um número que tenha que tenha passado por critérios de revalidação. Mas quando pegamos os dados dentro das estatísticas de morte e cruzamos essas informações, a expectativa continua na casa dos 30 e quando o cruzamento de raça é aplicado esse número seria de 27 anos.

O que nos mostra o quão letalizante podem ser os aspectos dessa vivência no Brasil, sobretudo quando a gente fala sobre esses avanços e sobre os desafios para toda uma população.

**Theo Brandon** - O que você pensa quanto às datas comemorativas voltadas para as parentalidades? Como você se aloca nesse contexto?

**Sara Wagner York** – Em 2020 foi publicada pela revista Interfaces Científicas uma entrevista que faço com a professora Faye Harrison<sup>7</sup>, uma referência da antropologia estadunidense. Nessa entrevista, Frei Harrison nos alude ao conceito do neoliberalismo aplicado às diferenças ou com as diferenças na educação. O neoliberalismo não deixa nada passar. O capitalismo faz isso por si. Então, enquanto não for interessante para o capitalismo e para as dinâmicas neoliberais a inclusão dos sujeitos LGBTI nos processos de enquadramento desses contextos comemorativos, talvez a gente sinta alguma resistência, mais diante, de tantas pessoas que estão se entendendo dentro de um registro muito mais amplo de nomenclatura conceitual não é? Pessoas que não se colocavam como como LGBTIs até porque não sabiam que eram não é?

---

<sup>7</sup> Harrison, F. V., & Goncalves Junior, S. . W. P. (2020). Entrevista com Faye Harrison. Marginalidades educacionais e docência negra e travesti. Interfaces Científicas - Educação, 8(2), 315–353. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n2p315-353>

Não sabiam porque apesar de ser um menino que sentia bem com o outro menino que é colega, aquilo pra ele não era um registro gay porque o gay pra ele poderia ser aquele afeminado com diferentes registros performativos

Pois bem, dito isso, a gente precisa pensar em como essas diferenças vão chegando dentro dos conceitos mais estruturais da economia e do ajuste neoliberal. O nosso desafio é talvez alongar ou esticar as fronteiras conceituais, para que todos possam se olhar e dizer “ah, se menino veste rosa e menina veste azul, tem dia que eu não visto rosa, tem dia que eu visto azul, então eu ultrapassei essas fronteiras”. Uma vez que a gente percebe que essas fronteiras foram esticadas o dia dos pais ele ganha uma grandeza onde eu, por exemplo, que me coloco como pai, talvez não enfrente dificuldades diante de outros pais.

Eu não consegui acompanhar parte da vida do meu filho, a parte escolar, porque eu tive o meu filho retirado da minha presença por quinze anos. Eu convivi com o meu filho até os cinco anos de idade e depois eu não tenho o meu filho próximo de mim por quinze anos. A mãe dele casou com uma pessoa, um homem da igreja evangélica que ela frequentava, que nós frequentávamos, a Assembléia de Deus, e ela faz o registro desse filho no nome desse homem, numa tentativa de apagamento histórico, de criação ou recriação de uma nova realidade, que é esse lugar de alijamento que pessoas trans e travestis passaram por muitos anos. Me lembro de ter o meu filho muito próximo a mim e hoje eu repito isso com o meu neto. Mas é um lugar que produz diferentes sentimentos, porque ter um filho retirado da sua existência, da sua vida não é uma das coisas mais simples de ressignificar ao longo da sua vida.

Eu reencontro o meu filho há 12, 13 anos. Nos reencontramos nas redes sociais. E um dos momentos talvez mais lindos que tenha havido, foi quando o meu filho sofreu um acidente e ele pediu pra eu dar banho nele. Ele já é um homem de vinte e tantos anos e ele pediu pra que eu desse banho nele. E eu me lembro de estar dando banho nesse filho, está esfregando, lavando as pernas, o bumbum, tudo e eu ver alguns

machucadinhos, né, cicatrizes nas pernas e a única coisa que eu pensava era eu não estava lá pra poder registrar essa ferida como que ela foi feita. O que que aconteceu aqui pra ter esse machucado né?

Então ter meu filho retirado de mim significou também isso. Permitir que eu não conhecesse a história daquele corpo que exatamente por ser parte de mim e por ser parte desta travesti não pôde gozar, não pôde experienciar a relação de pai e filho, a relação de amor entre duas pessoas com características tão semelhantes.

Essas características voltam a aparecer com o meu neto por exemplo que tem sete anos e eu nunca tinha entendido porque que eu tenho o triglicerídeos alterado até descobrir que o meu netinho também tinha triglicerídeos alterado. Olha como esse composto genético apresenta resultados do meu passado que eu não conheço, que me foi retirado. Fui pega dentro de um hospital, com a autorização de um médico, na cidade de Itapirapuã no estado de Goiás, pra uso de uma mulher que eu chamei de mãe durante toda a vida. E então, eu não recebo do meu passado. Eu vou ter alguns dados do meu passado a partir desse futuro que é esse próprio netinho que eu tenho. Isso é um registro de parentalidade que pra mim parece muito útil quando eu penso na disputa de estar no mundo em si.

**Paulo Melgaço** - E o que você acha que poderia ser feito para que esses dias simbólicos fossem mais inclusivos?

**Sara Wagner York** – Eu acredito que seja promovendo o dia dos pais e da família. O dia das mães e da família. O dia em que todos podem trazer os seus responsáveis queridos. Quem é que você quer trazer hoje, que simboliza essa imagem que você tem de cuidado? É a sua mamãe ou é o seu papai, ou é a sua titia ou é a vovó, ou é quem? Quem são essas possibilidades?

Eu acho que a gente está num lugar de ressignificação de vários desses momentos e a indústria a neoliberal capitalista sobretudo orquestrada por agentes que acreditam no empreendedorismo a todo custo, ela descobrirá muito rapidamente os

modos de cooptação desses espaços e dessas famílias para o seu lucro, para a sobreposição do capital diante de qualquer relação.

**Maria Regina Bortolini** - E a Sara pela Sara? Quem é essa mulher? Como ela vê as diferenças nas lutas políticas no processo de parentalidades entre homens e mulheres trans?

**Sara Wagner York** – E a Sara pela Sara, né? Quem é essa mulher? Eu estou tentando entender. Eu acho que a pergunta central é que todos querem saber na verdade de onde viemos, para onde vamos, até que você possa anular esse tipo de pergunta e ela não ser mais uma diretriz na sua vida.

Como eu fui extirpada da possibilidade de saber de onde eu vim, materialmente falando então enquanto todos os meus amigos sabem muito bem quem foram os seus pais, poder contar com seus pais para uma doação de sangue. E lembro que eu sofri um acidente aos onze anos, doze anos e eu precisei de doação de sangue, tomar sangue. E é justamente nesse período que eu passo que eu tive a certeza, que minha mãe não era minha mãe. Eu já tinha muita desconfiança, seja pelos modos dela me castigar, de me violentar, de me bater, né? Eu tenho queimaduras no corpo, queimaduras de cigarro. Seja pelo modo como aconteciam as interações com essa mãe. E aí eu preciso muito lembrar também que eu cresci com a minha avó, né? A vó que é mãe do homem que eu cresci acreditando ser meu pai. Então, eu fui alijada da compreensão de uma familiaridade. Eu não sei de onde eu vim, eu não sei quem é minha mãe, eu não sei em quais condições isso aconteceu. Eu procurei saber durante muitos anos. Algumas pessoas dizem que ela era uma pessoa que estava passando, outros dizem que era uma parente de família, de conhecidos, que tinha ficado grávida, outros dizem que ela era uma doida da cidade.

Então, eu tenho recebido vários convites pra estar em vários trabalhos juntos a nomes relevantes e agregadores da psicanálise, né? Escrevi com a Mariana Molica. Participei de trabalhos com Antônio Quinea, com o Zé Stona, Maria Cristina Poli, com

Jairo Carioca, com Cristian Dunker, com Helena Batista, Sofia Favero. Então, esses espaços de discussão com psicanalistas, ouvindo essas pessoas, me fizeram também perceber que a cristalização desse homem falo como o provedor e da mulher castrada cuidadora, só era interessante pra aquelas pessoas que insistiam na manutenção dos poderes.

Os papéis de gênero, e isso está nos meus outros vários textos, é um lexo, um léxico oportunista. Então quem é essa mulher? É uma mulher que desafia a própria propriedade de se dizer mulher, porque me colocar no campo da mulher também me limita. Me colocar no campo do homem me limita muito principalmente porque alguns dizem que eu fui socializada como homem, mas eu não me lembro de ter sido socializada como homem. Muito pelo contrário, me lembro de crescer com uma avó e com uma prima e a todo momento todo aquele cenário que era produzido pra um, era produzido pra outra. Então nós duas tínhamos uma proximidade que inclusive nublava esse tipo de coisa. E não tinham homens por ali circulando. Tinha a minha vó, que era a pessoa que eu via sem roupa, com alguma frequência, e eu sabia que existia um processo que era diferente, porque o peito dela já era caído e eu via vários peitos que não eram caídos, por exemplo.

Então, o corpo não era marcado por uma genitália específica, por um modo específico dentro desse léxico oportunista de ensinar crianças como as coisas são. Então, eu não posso permitir que meu filho veja dois homens beijando porque se ele ver dois homens beijando eu vou ter que explicar, que aquilo é um afeto? Eu vou ter que explicar o que que é uma relação anal, eu vou ter que explicar o que foi a sodomia, eu vou ter que explicar a história, eu vou ter que explicar também o apagamento histórico de alguns sujeitos. O que que é que realmente incomoda né? É quando eu vejo travestis ou mulheres trans nos espaços de socialização, nos espaços de poder, nos espaços de saber, nos espaços escolares. Por que que isso me incomoda? Aonde isso me atropela? Essa possibilidade que não está dentro do meu registro de homem ou mulher, ou que

está no registro ser um sexo indefinido, ignorado, intersexo ou um gênero fluído e eu precise compreender as minhas relações dentro desse campo onde eu estabeleço e fui estabelecida com uma verdade que é tão efêmera e que é tão pouco válida.

Não é sobre o tamanho do pé. Quem tem trinta e sete ou menos fica aqui. Quem tem trinta e sete e ou mais fique do lado de cá Não foi sobre isso porque a gente podia tirar o sapato e ver o número. Foi sobre uma coisa que a gente não podia tirar pra fora e mostrar. Porque o simples fato de não poder tirar pra fora, mostrar e comparar já nos coloca num lugar onde a possibilidade de libertação é talvez um dos maiores pontos ou uma das maiores pontes para libertação e para liberdade. Ah, eu acredito nisso.

E, então, como eu vejo essas diferenças nas lutas políticas, no processo de parentalidade entre homens e mulheres e outros tantos sujeitos? Eu ainda percebo como um lócus extremamente complicado onde as políticas públicas aplicadas aos homens e as suas possibilidades vão se tornando reais. Mas as políticas públicas aplicadas às mulheres e suas particularidades, e mulheres aqui na sua pluralidade, ainda seguem critérios um pouco ortodoxos na comparação. Então no Carnaval nós temos uma política pública por exemplo que é a distribuição de camisinhas. No mesmo carnaval não existe uma política pública por exemplo que atenda meninas que precisem de absorvente, por exemplo, nas escolas isso se repete. Mulheres que fazem sexo com mulheres. Existe uma política pública equivalente?

A gente já está pensando em congelamento de óvulo, de inseminação artificial. No campo do direito há muitas dessas questões, e inclui o aborto. Elas são desenhadas, questionadas por muitos pesquisadores ao longo da história. E nenhum deles ainda consegue legitimar a sua pesquisa com implementação real de políticas pública. Basta ver o que aconteceu com o disque 100, com o portal do aborto legal no Brasil nos últimos quatro anos quando foi retirado do ar exatamente porque as pessoas que estavam gerenciando, me perdoa a palavra, o Brasil eram pessoas que não tinham o menor interesse com os mais diversos sujeitos que compõe a nossa democracia. Eram

peessoas que estavam muito interessadas nos seus arranjos políticos, comerciais, religiosos e isso numa linearidade, né? Político, comercial e religioso porque colocaram tudo isso na mesma bacia para a produção de políticas públicas.

O que a gente tem pensado talvez seja isso, a discussão com pessoas trans nas políticas públicas por especificidades. Quando o assunto são as transparentalidades, então que as escolas possam saber lidar com o corpo da vovó Sara que não é uma vovó como a outra vovó que esse netinho tem, com o papai Sara que apesar de ser papai é uma mulher. São todas essas questões que talvez por ser uma mulher e ter me constituído como mulher ao longo da minha vida eu posso ser e inclusive brincar. Porque pra mim seria muito fácil pedir pro meu filho me chamar de mãe dois, de mãe Sara de outra coisa ao invés de reiterar pra ele que eu era o pai dele, né? O pai, não a pai. Porque não é o artigo ou a desinência de gênero na palavra que me qualifica dentro de um registro de existência para o meu filho. Muito pelo contrário. É justamente por produzir um registro de diferença lexical, de desinência de gênero contrária a ordem visual, que esse filho pode conceber a possibilidade mais diversa dos sujeitos e dos modos de estar no mundo.

**Recebido: 20/07/2023**

**Aceito: 20/08/2023**